

# RN em FOCO

## Relatório 1º Semestre

### 2020



**RIO GRANDE DO NORTE**

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
E DAS FINANÇAS – SEPLAN

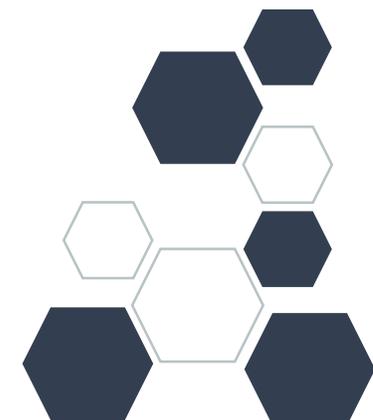


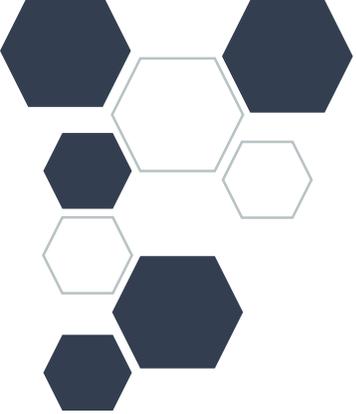
*Governadora do Estado:  
Maria de Fátima Bezerra*

*Vice-Governador do Estado:  
Antenor Roberto Soares de Medeiros*

*Secretário de Estado de Planejamento e das Finanças:  
José Aldemir Freire*

*Controlador Geral do Estado:  
Pedro Lopes de Araújo Neto*





**Governo do Estado do Rio Grande do Norte**  
**Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças**  
**Coordenadoria de Contabilidade Geral do Estado do Rio Grande do Norte**

Flávio George Rocha – Coordenador

Vanessa de Sousa Costa – Subcoordenadora

Adriana Sampaio Portela

Delma Maria S. de Araújo

Allan Targino

Joelson Esdralins

André Souto

Lucas Nogueira Frota

Carlos Lins

Marcílio de Moraes

Gabriel Ismael

Mariana Oliveira

Íris Regina

Sílvio Oliveira

Janaína de Lourdes

Wellenilson Câmara



# Introdução

O RN em Foco é uma publicação da Coordenadoria de Contabilidade Geral que traz os principais números do Estado no primeiro semestre de 2020 comparando-os ao primeiro semestre de 2019.

A intenção é promover mais uma ferramenta para o acompanhamento da situação orçamentária, financeira e fiscal do governo.

O semestre foi marcado pela retração da atividade econômica com forte queda das receitas próprias do Estado, como ICMS, FPE, etc, que mesmo com a ajuda financeira do governo federal, não conseguiu manter o nível de arrecadação de 2019.

Destaque do semestre também está no controle da despesa liquidada, em especial, da despesa de pessoal. Outro momento importante é o crescimento, em relação ao mesmo período do ano anterior, dos gastos com saúde e educação.

Todos os valores estão em milhares de reais.

Boa Leitura!





## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

As receitas orçamentárias representam os valores arrecadados no período do relatório que estão disponíveis para financiamento da despesa pública.

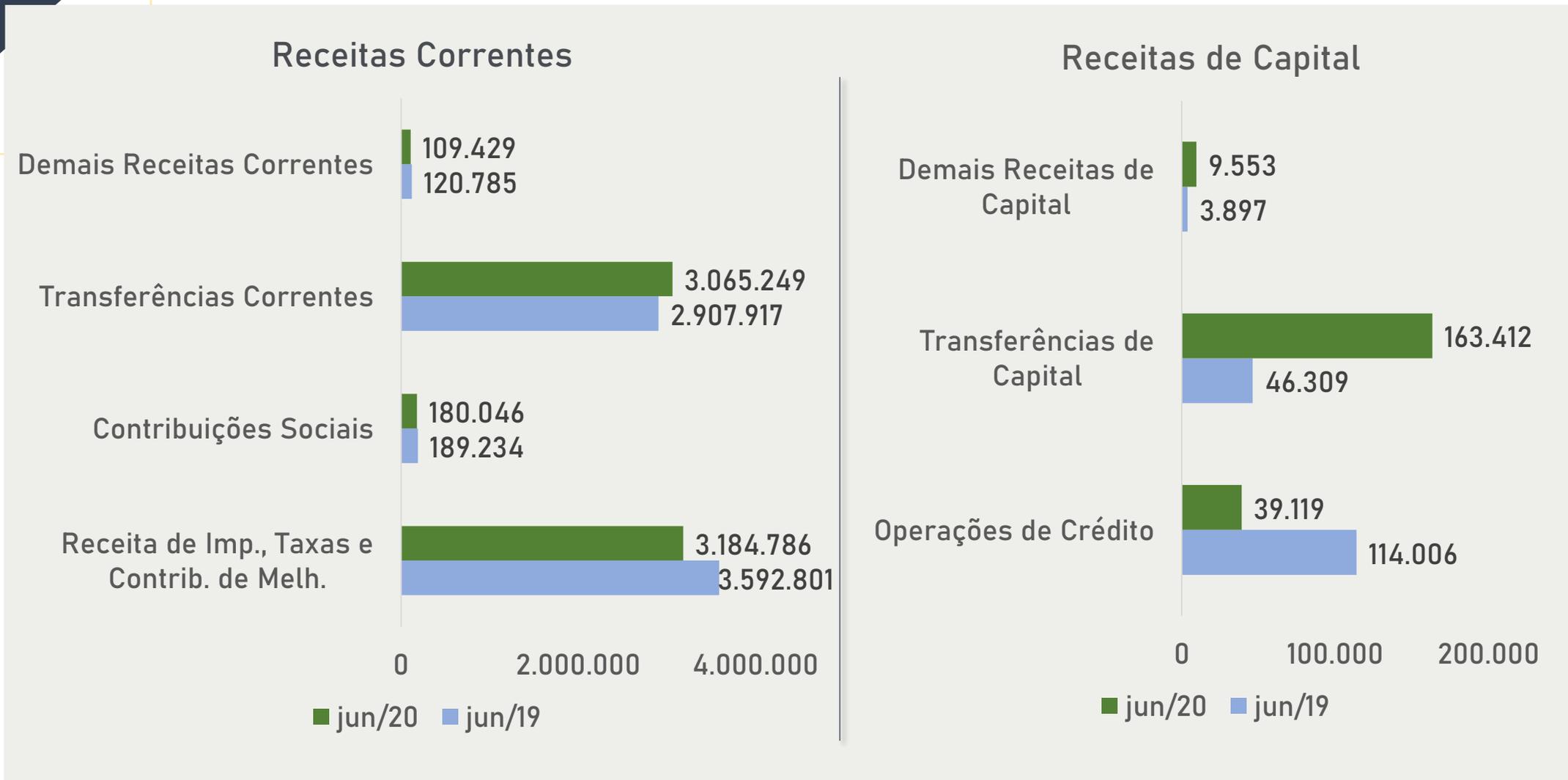
Receitas Correntes: são os valores arrecadados de tributos, contribuições dos servidores para o regime próprio de previdência, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, as transferências correntes e outras receitas correntes.

Receitas de Capital: são os ingressos de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

Receitas Intraorçamentárias: representam aqui, substancialmente, a cota patronal arrecadada pelo regime próprio de previdência do Estado do Rio Grande do Norte.



# ORIGENS DAS RECEITAS

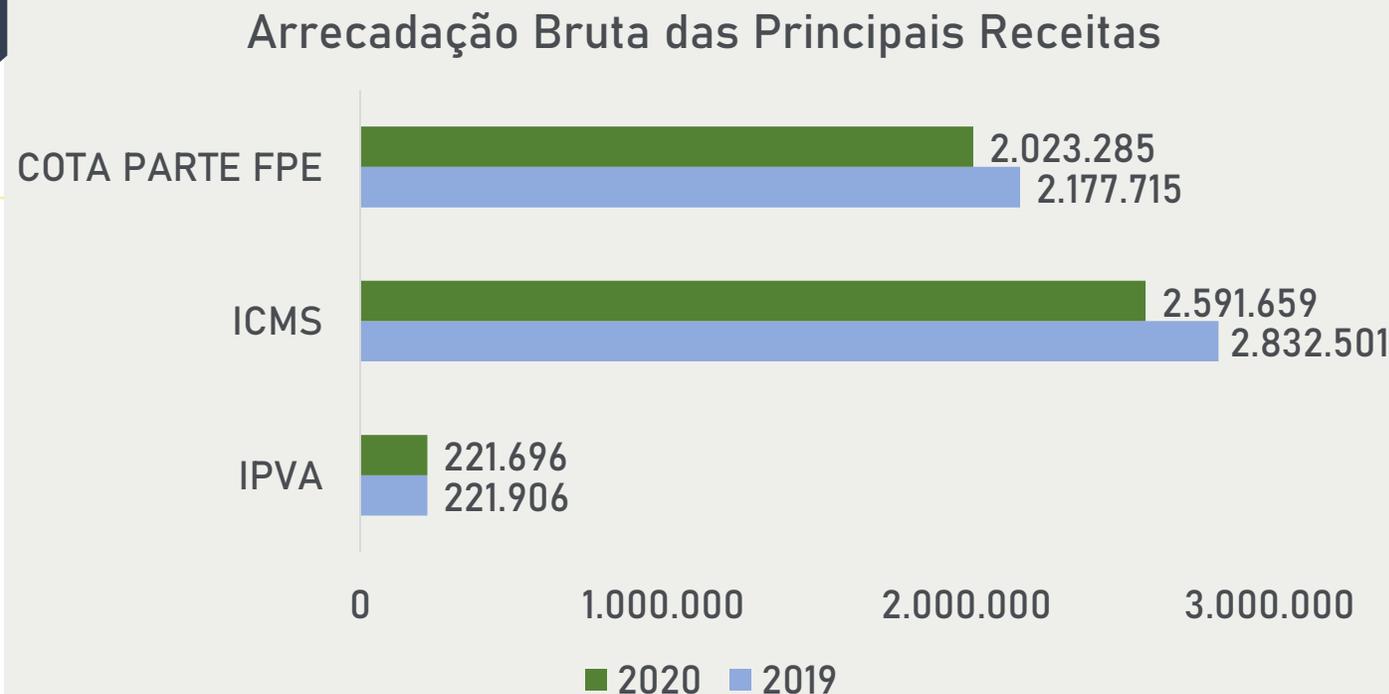


## Arrecadação Bruta das Principais Receitas

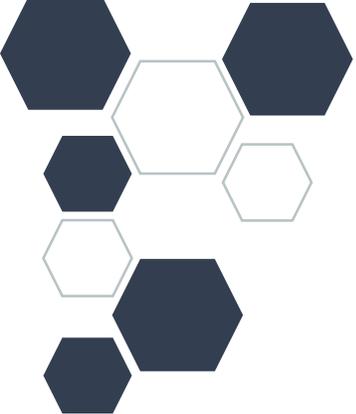
X

## Compensação da União

Como se pode observar, a retração econômica provocada pelo coronavírus provocou uma redução de R\$ 395,482 milhões, que foi parcialmente compensada pelas medidas de ajuda financeira aos entes subnacionais aprovadas pelo Congresso Nacional. No período, o Estado recebeu R\$ 245,676 milhões, perfazendo uma perda líquida de R\$ 149,807 milhões de reais.



<b>Perda de Arrecadação</b>	<b>R\$</b>
ICMS/IPVA	241.052
Redução do FPE	154.430
<b>Total de perda de arrecadação</b>	<b>395.482</b>
<b>Compensação da União</b>	<b>R\$</b>
MP 938/2020	135.112
LC 173, 5º, II	110.564
<b>Total da Compensação</b>	<b>245.676</b>
<b>Perda Líquida 2019/2020</b>	<b>149.807</b>



## RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS

A Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) serve de base de cálculo para aplicação mínima em saúde e educação. A RLIT distingue-se na educação pela inclusão da cota parte do IOF-ouro que não compõe a base da saúde.

A queda da RLIT no período se deve pela perda de arrecadação das principais receitas que compõem a base de cálculo, tais como IPVA, ICMS, IRRF e FPE.

A compensação decorrente da ajuda financeira da União não compõe a base da RLIT.





## RECEITAS VINCULADAS À COVID-19

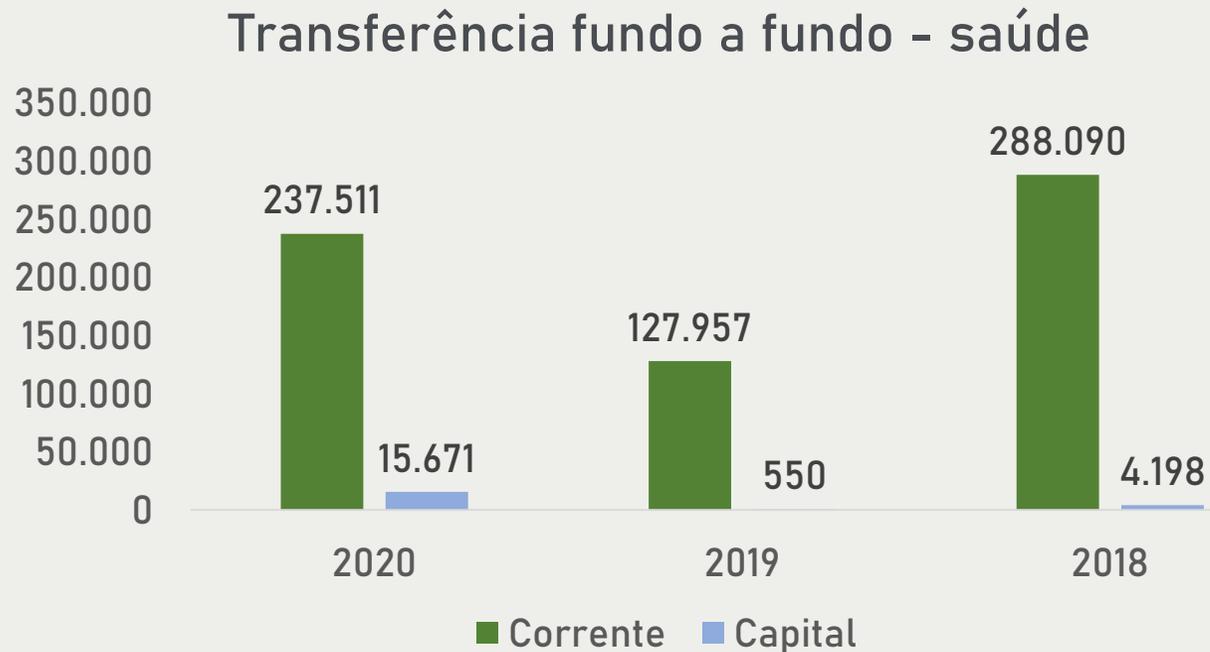
Até o final do primeiro semestre de 2020, o Estado recebeu transferências da União vinculadas às ações de combate ao novo coronavírus no montante de R\$ 120,203 milhões, o que representou 2,41% do total das receitas líquidas correntes.

Para financiar despesas de capital o Estado recebeu o montante de R\$ 7,937 milhões, que representou 3,74% das receitas de capital.

Natureza de Receita	jun/20	%
Transferência Fundo a Fundo – BL: Custeio – COVID -19	79.577	1,59%
LC 173/2020 - Art. 5, I - Saúde e Assistência Social	32.370	0,65%
Doações Diversas – COVID-19	8.256	0,17%
<b>TOTAL</b>	<b>120.203</b>	<b>2,41%</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>4.990.387</b>	<b>100%</b>

Natureza de Receita	jun/20	%
Transferência Fundo a Fundo – BL: Capital – COVID -19	7.937	3,74%
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>212.084</b>	<b>100%</b>

## TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO SAÚDE



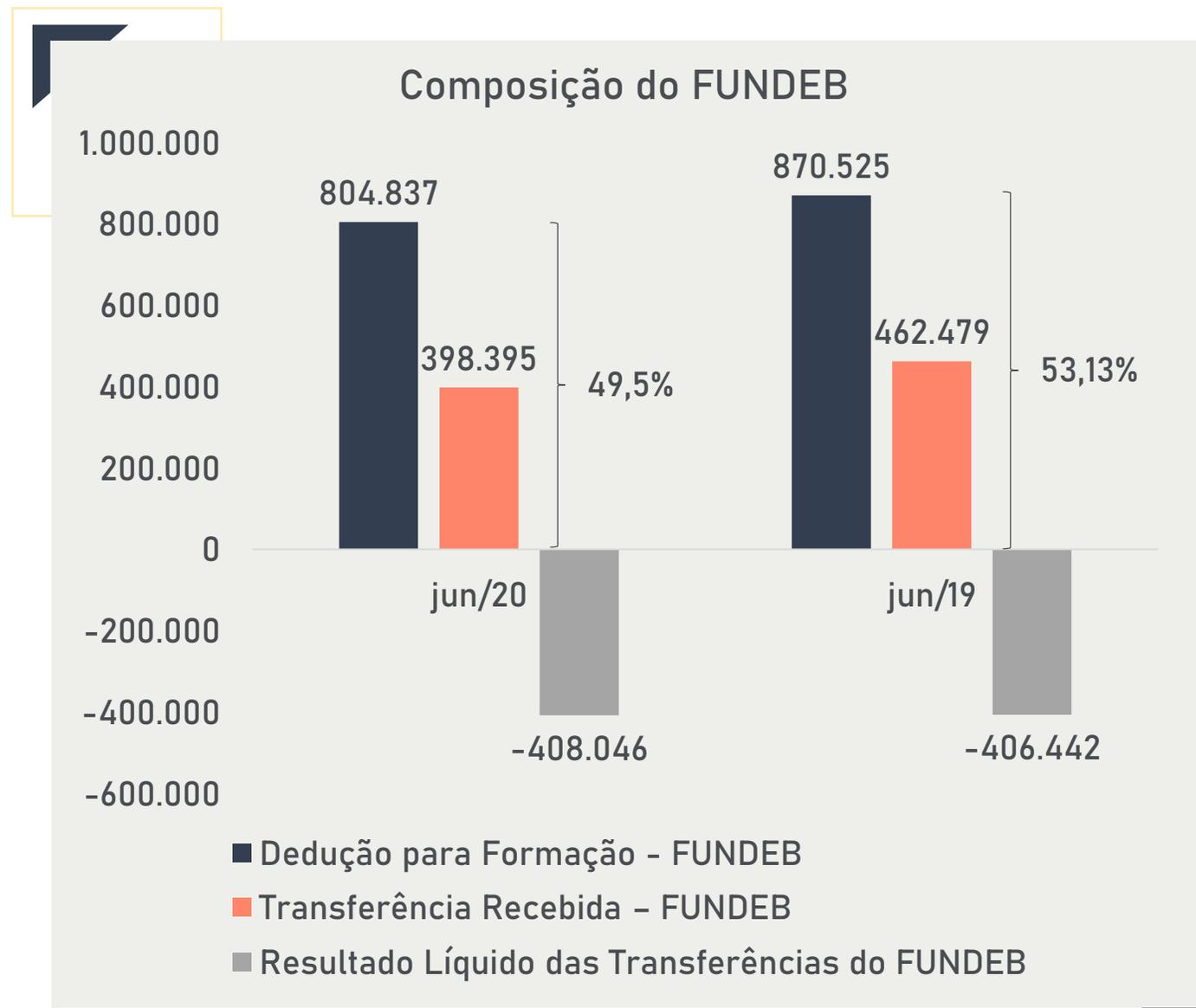
Apesar do aumento significativo das transferências fundo a fundo para o sistema único da saúde em 2020 com relação a 2019 devido a calamidade sanitária que vivemos (crescimento de 97,02%), os valores repassados ainda estão aquém dos valores recebidos em 2018 (-13,38%).

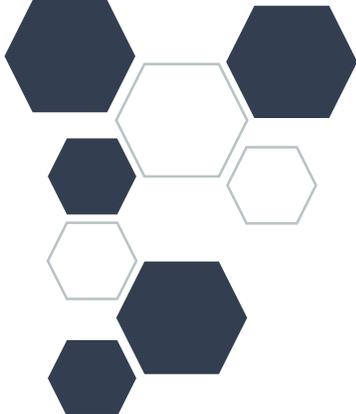


## COMPOSIÇÃO DA FORMAÇÃO DO FUNDEB

O resultado líquido das transferências do FUNDEB no primeiro semestre de 2020, representado pela diferença entre o valor aportado ao Fundo pelo governo e o valor recebido do Fundo, representou R\$ 408,046 milhões negativo, um valor superior em 0,4% em relação ao mesmo período de 2019. Sempre é importante ressaltar que essa diferença negativa é computada como aplicação mínima em educação pelo governo do Estado.

Em 2019, o retorno do FUNDEB representou 53,13% do total aportado ao fundo, em 2020 esse percentual foi de 49,5%, uma queda de 3,63 pontos percentuais

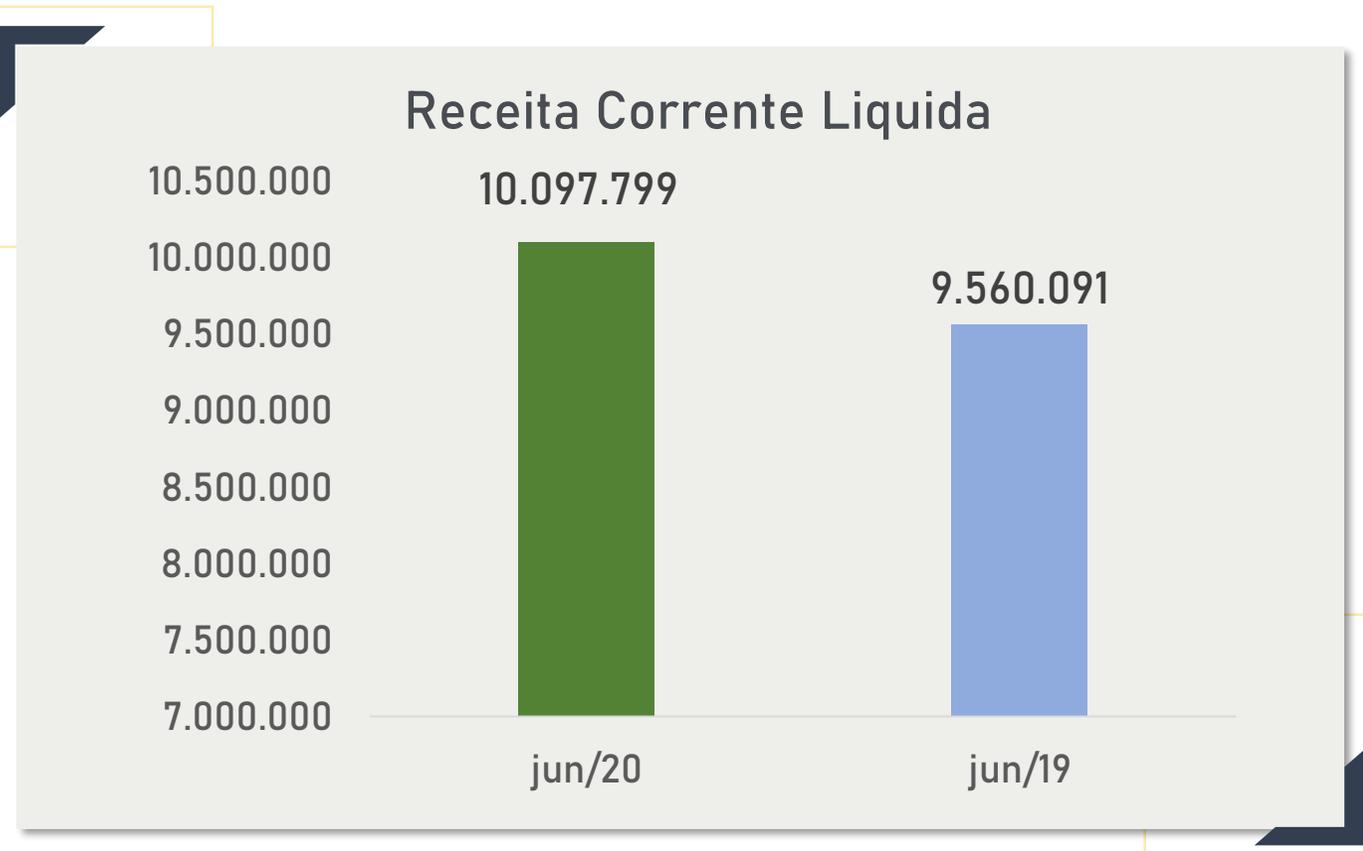




## RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida (RCL) é um importante indicador criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e é calculado para 12 meses, o mês de referência e os 11 meses imediatamente anteriores.

No período de referência, o valor da RCL aumentou em 5,62%. Esse aumento, mesmo na época de queda de arrecadação, é justificado pelas receitas extraordinárias arrecadadas ao final de 2019, especialmente, a cessão onerosa e o direito de exploração da folha de pagamento do Estado por instituições financeiras oficiais.





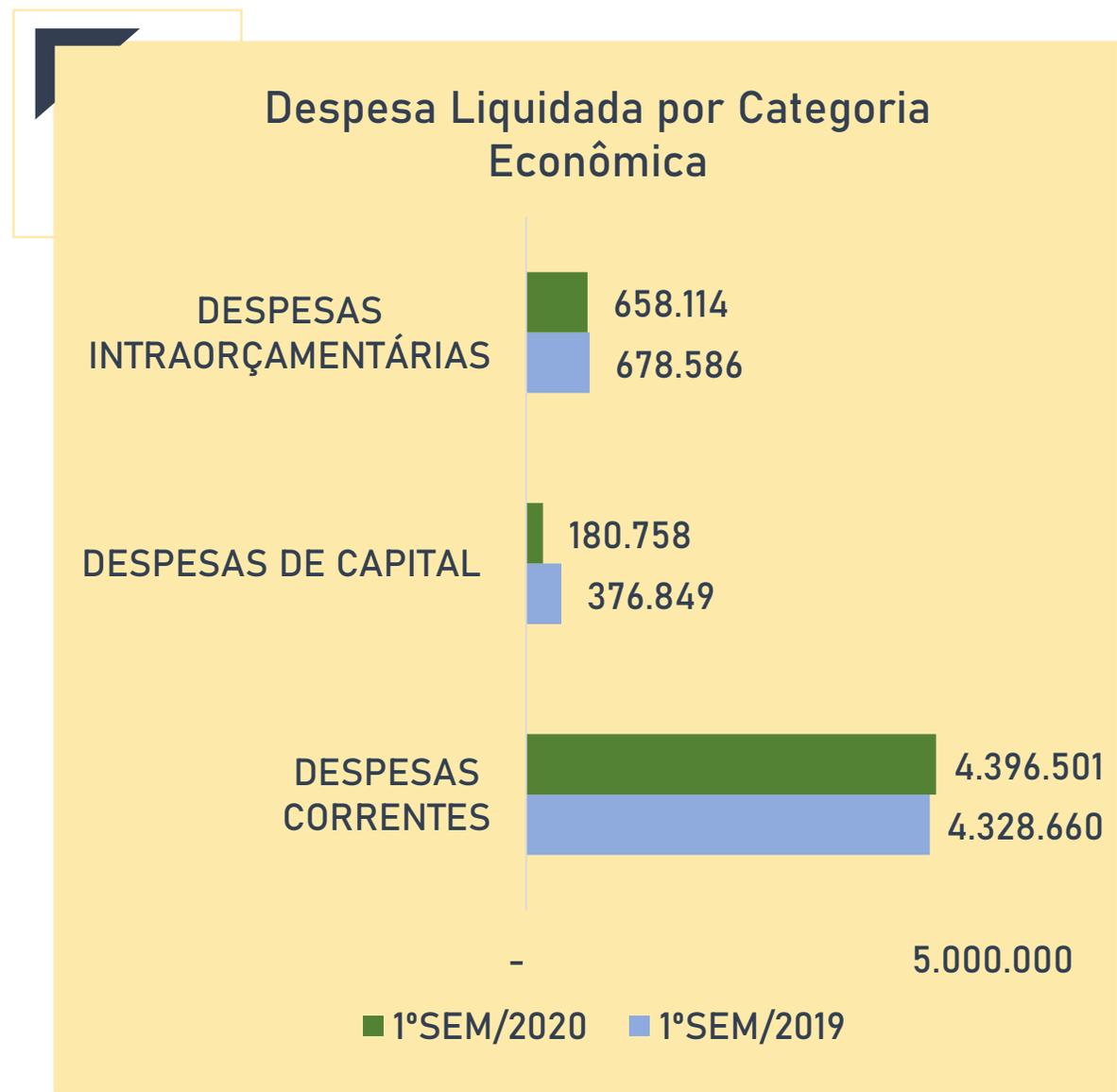
## DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

As despesas orçamentárias correspondem aos gastos realizados com autorização legislativa. Neste relatório, foram consideradas as despesas liquidadas, que são aquelas que o fornecedor prestou o serviço ou entregou o produto.

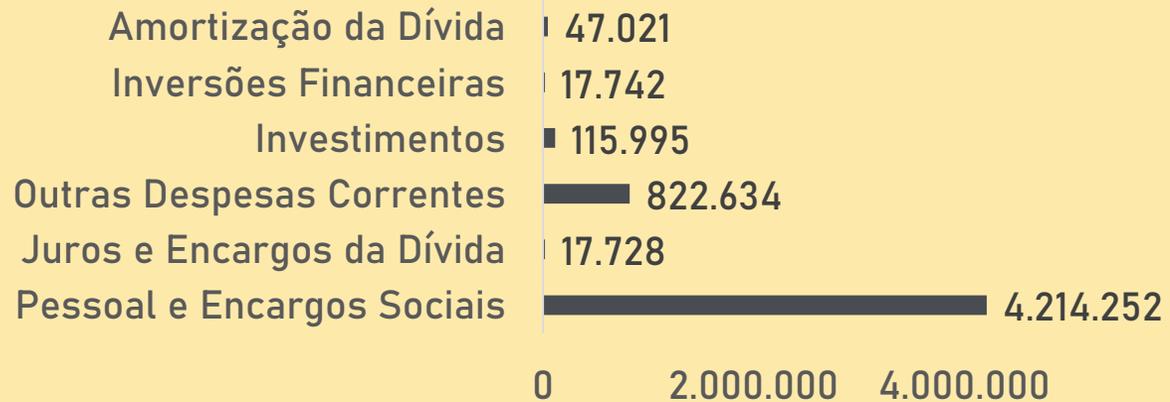
Despesas Correntes: são os valores gastos no período com a folha de pessoal, com os juros da dívida e com o custeio da máquina pública em geral.

Despesas de Capital: são os valores gastos com os investimentos, por exemplo, a compra de equipamentos, veículos e o pagamento do principal da dívida pública.

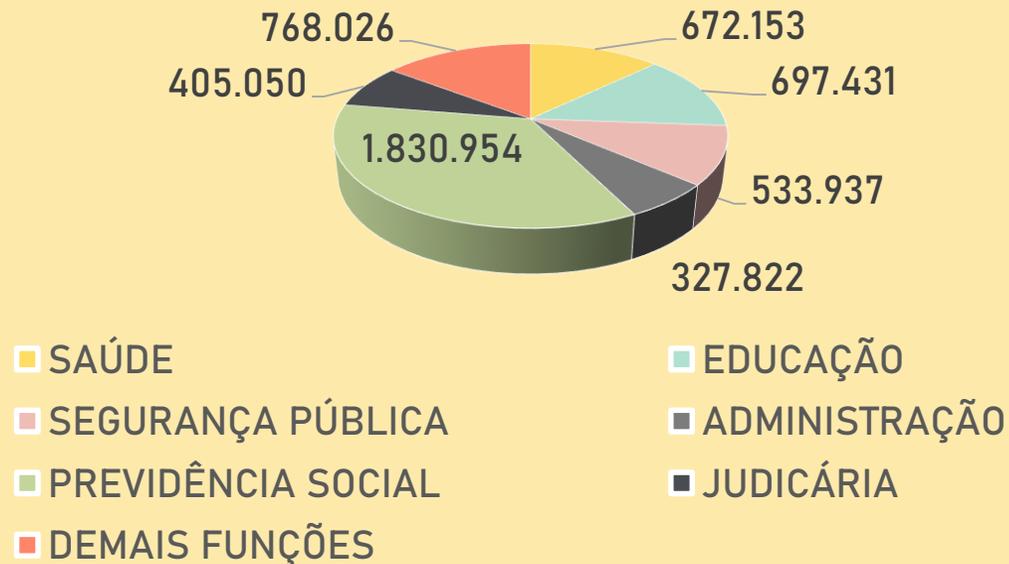
Despesas Intraorçamentárias: são os gastos realizados, substancialmente, com a cota patronal devida ao regime próprio de previdência do Estado do Rio Grande do Norte.



## Despesa Liquidada por GND 1º SEM/20



## Despesa Liquidada por Função - 1ºSEM/20



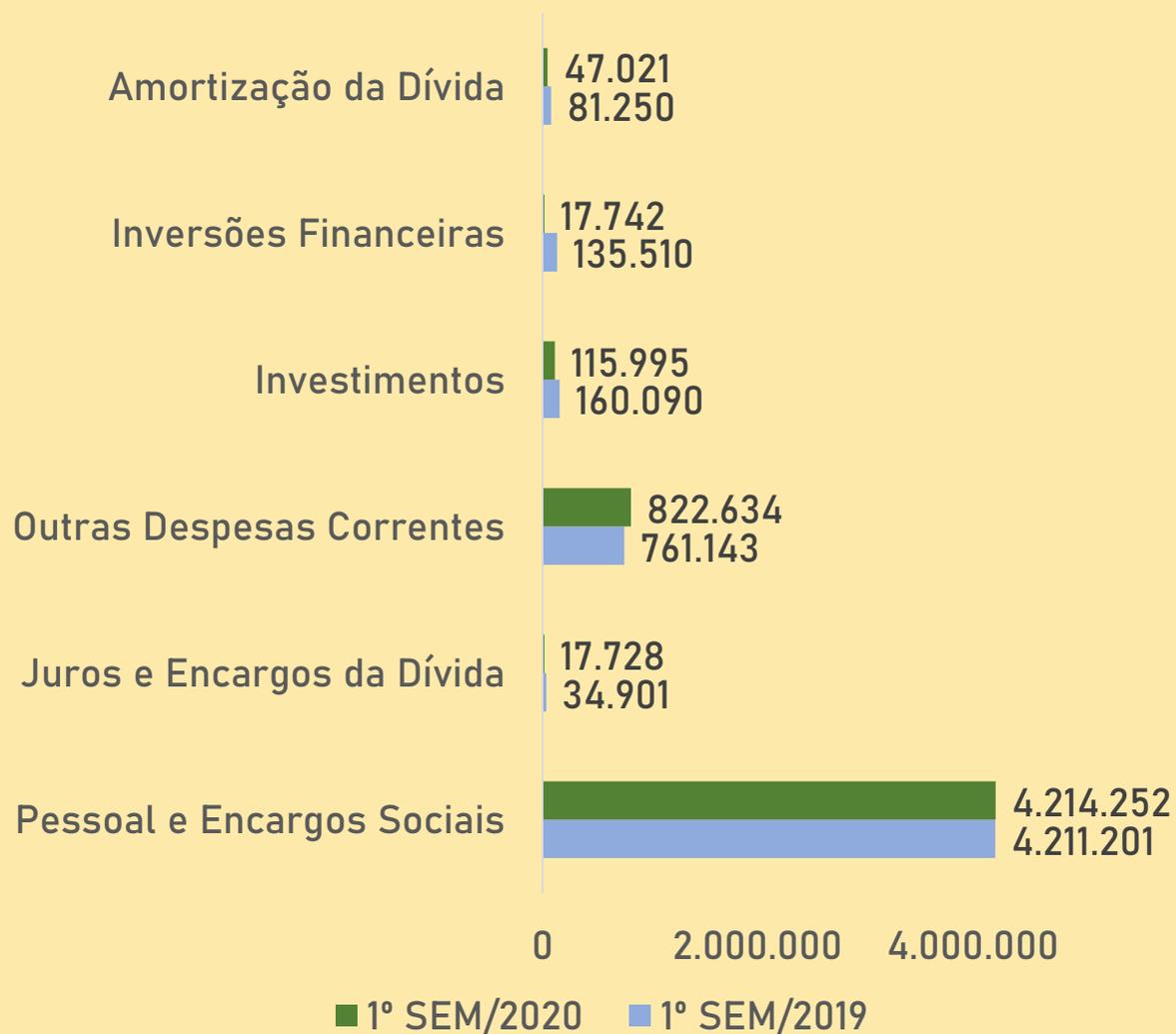
## DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Como se observa, no primeiro semestre de 2020, o grupo de pessoal e encargos representou 80,5% de tudo que foi liquidado de despesa orçamentária e outras despesas correntes 15,71%.

Quando observamos a execução orçamentária por função de governo, observamos que as funções previdência social, educação, saúde, segurança e judiciária representaram 79,07% dos gastos do governo no período.



## Comparativo Despesa Liquidada GND



## DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Comparando as despesas liquidadas em 2020 e 2019, verifica-se o tamanho do esforço fiscal para conter o crescimento da despesa. O grupo mais representativo do gasto público, pessoal e encargos, praticamente ficou estável no período.

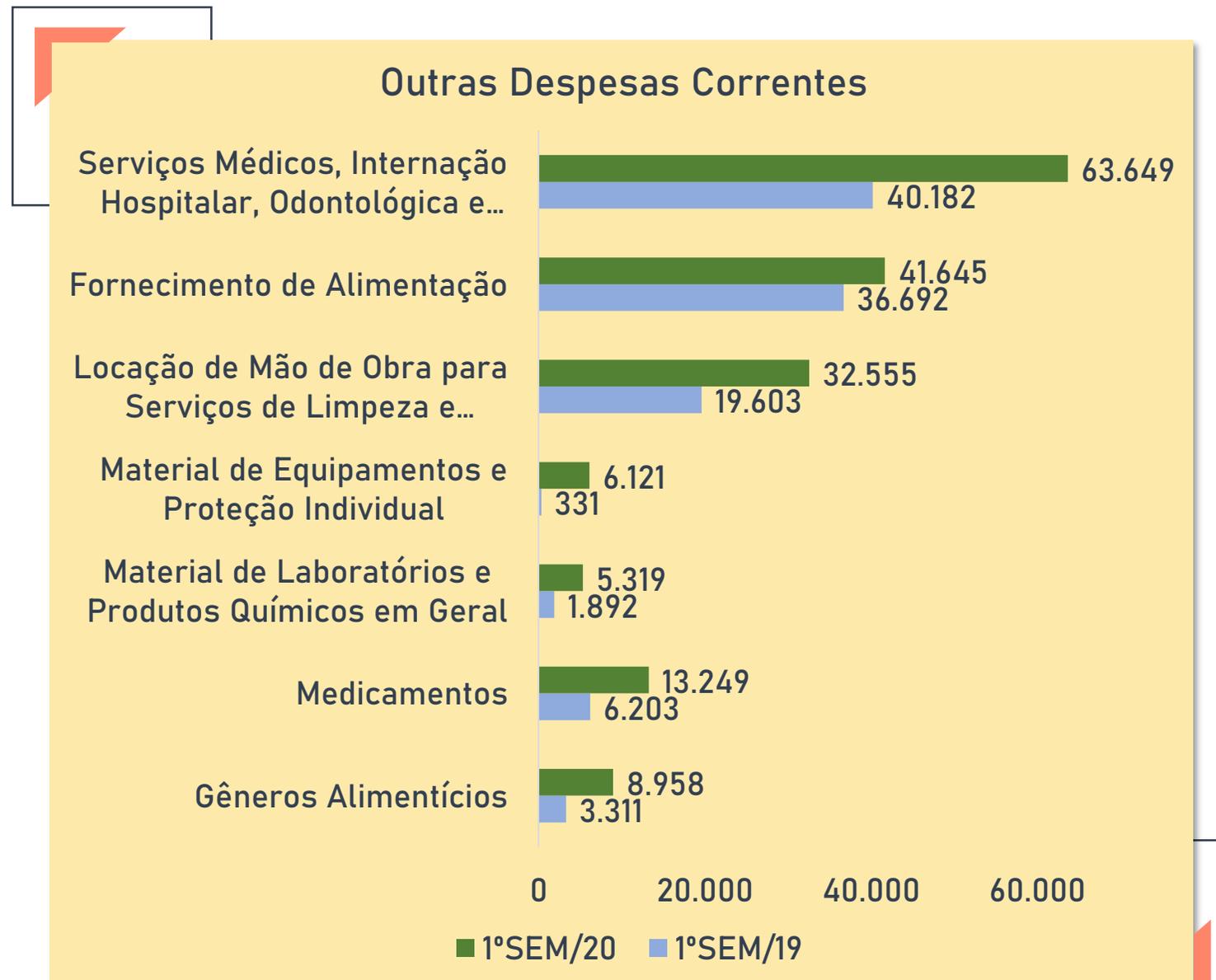
O único grupo que teve crescimento foi de outras despesas correntes, que tem forte relação com os gastos necessários ao combate à COVID-19.

A maior queda foi no grupo de inversões financeiras e foi ocasionado pela mudança de política de incentivos no Estado, que até meados de 2019 era o PROADI e depois foi implantado o PROEDI.



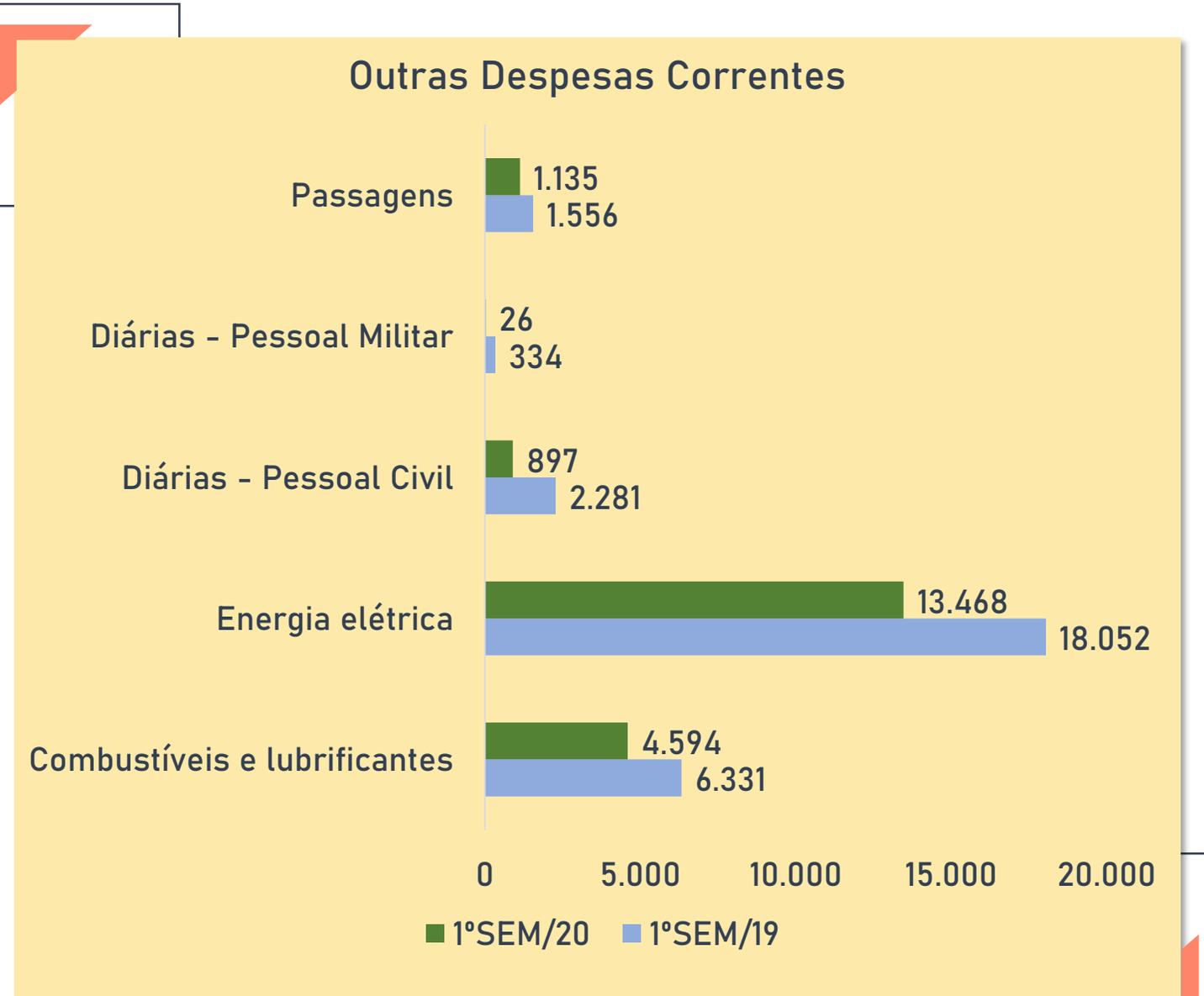
## OUTRAS DESPESAS CORRENTES – AUMENTOS NO PERÍODO

Os itens de despesa que mais cresceram no período têm forte correlação com gastos no combate ao novo coronavírus. Itens como serviços médicos, material de equipamentos e proteção individual, medicamentos, entre outros, tiveram forte aumento no período.

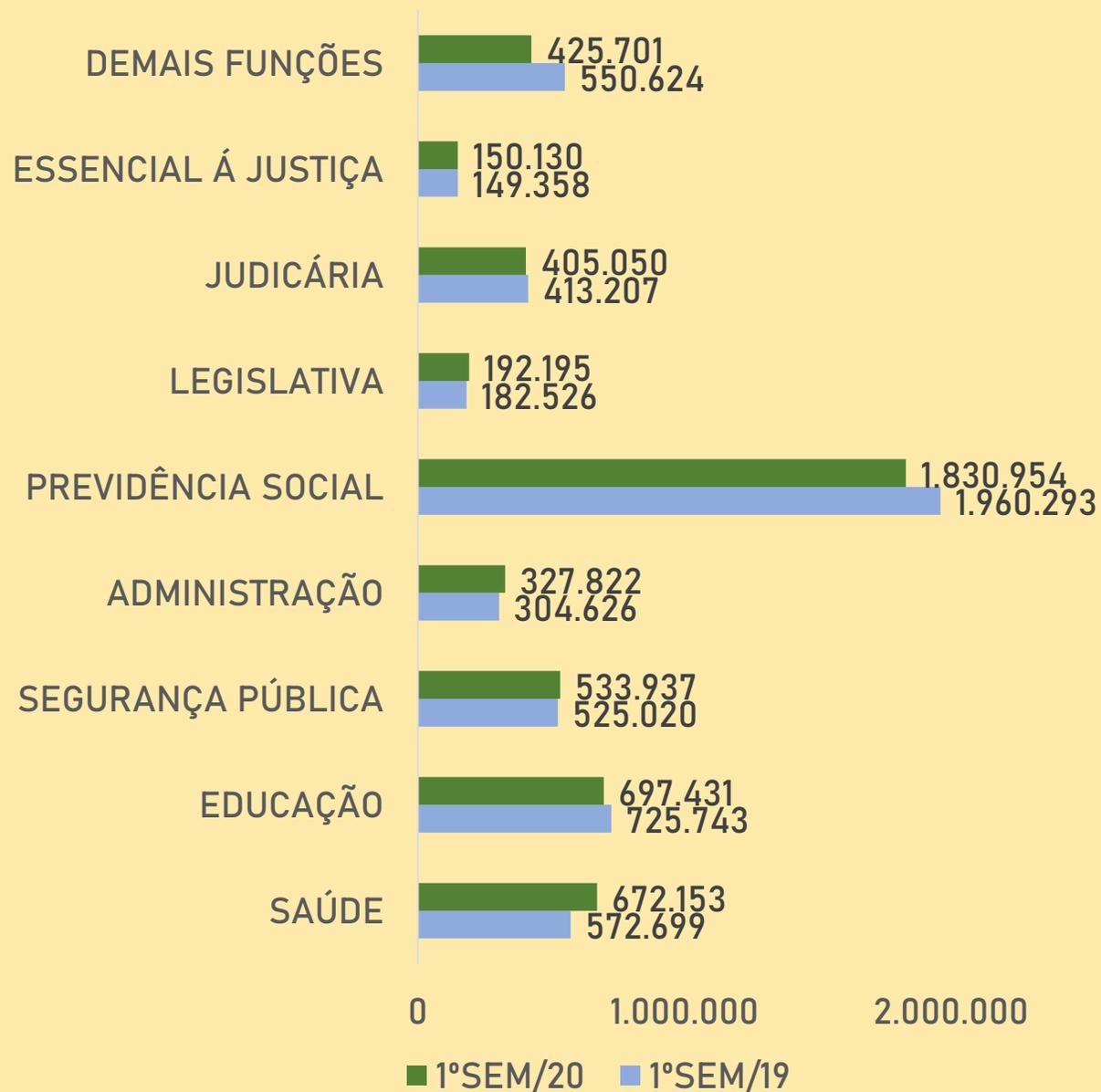


## OUTRAS DESPESAS CORRENTES - VARIAÇÕES NEGATIVAS

Ainda devido à pandemia e à institucionalização do trabalho remoto no período, alguns itens de despesa tiveram forte queda. Nessa linha se destacam os valores de diárias (exceto as operacionais), energia elétrica, combustíveis e passagens.

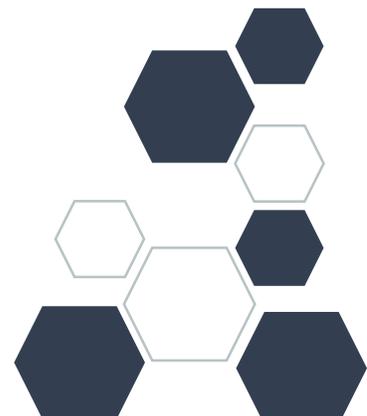


## Comparativo Despesa Liquidada - FUNÇÃO



## DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS FUNÇÃO

Observando o gráfico ao lado, percebe-se que a função de governo que mais cresceu no período foi a Saúde, com um crescimento de 17,37% dos valores liquidados no período.



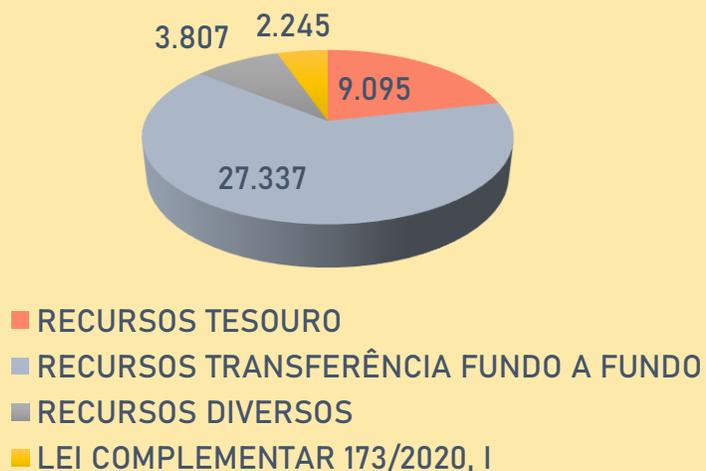
## DESPEZA LIQUIDADADA COVID-19 CATEGORIA ECONÔMICA 1º SEMESTRE/2020



## DESPESAS LIQUIDADAS COVID

Até 30 de junho, o governo já tinha o montante de R\$ 42,484 milhões de despesas liquidadas no combate à COVID, ou seja, os serviços já haviam sido prestados ou as mercadorias entregues pelo fornecedor. No total 82,37% de despesas correntes e 17,63% de despesas de capital

## DESPEZA LIQUIDADADA COVID-19 FONTE DE RECURSO 1º SEMESTRE/2020



Do total de valor liquidado, 21,41% foram com recursos próprios do Tesouro, 64,35% com recursos de transferência fundo a fundo da saúde, 5,28% com recursos da LC 173/2020, inciso I, que são vinculados à saúde e à assistência social.



## RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário, apurado no Balanço Orçamentário, é obtido pelo confronto das receitas arrecadadas líquidas e as despesas liquidadas. Em 2020, o resultado orçamentário recuou em 1,61%.

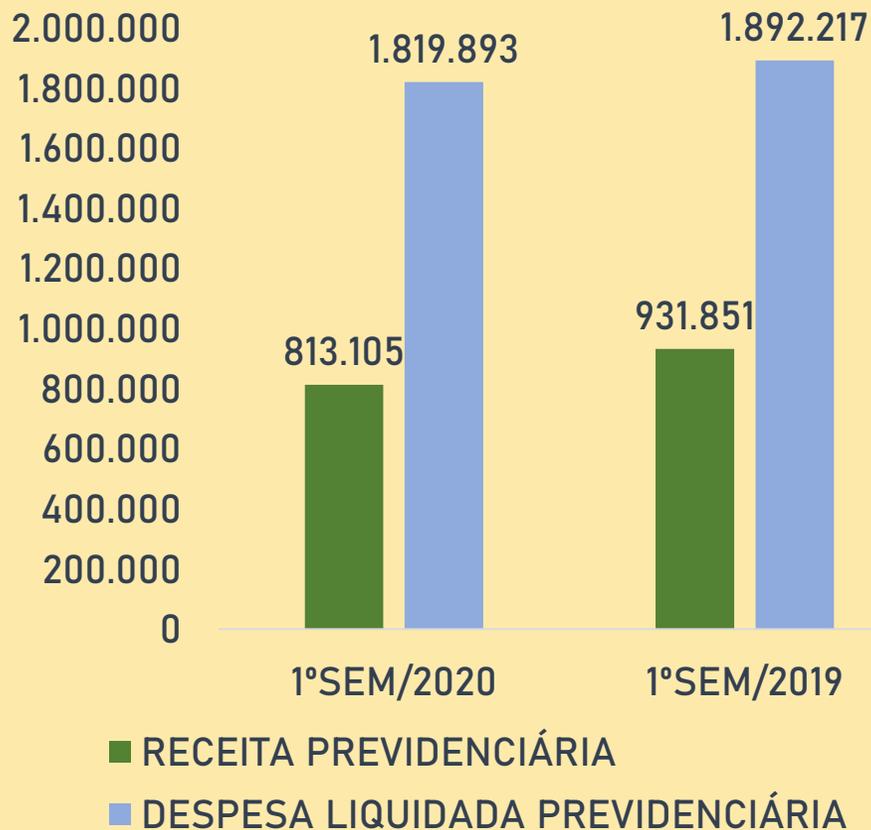


## RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

O resultado previdenciário, que é representado pela diferença entre as receitas e despesas previdenciárias liquidadas no período, alcançou o montante de R\$ 46,422 milhões, 4,83% maior que no mesmo período de 2019.

As receitas previdenciárias, que são representadas basicamente pela cota patronal e contribuição dos servidores, caíram 12,74%, enquanto que as despesas previdenciárias, que são os benefícios pagos a inativos e pensionistas, caíram 3,82%.

Resultado Previdenciário

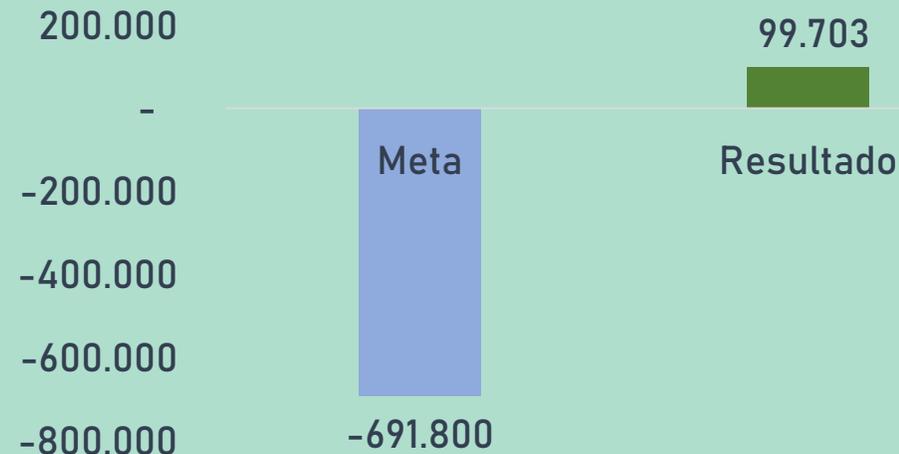


## RESULTADO PRIMÁRIO

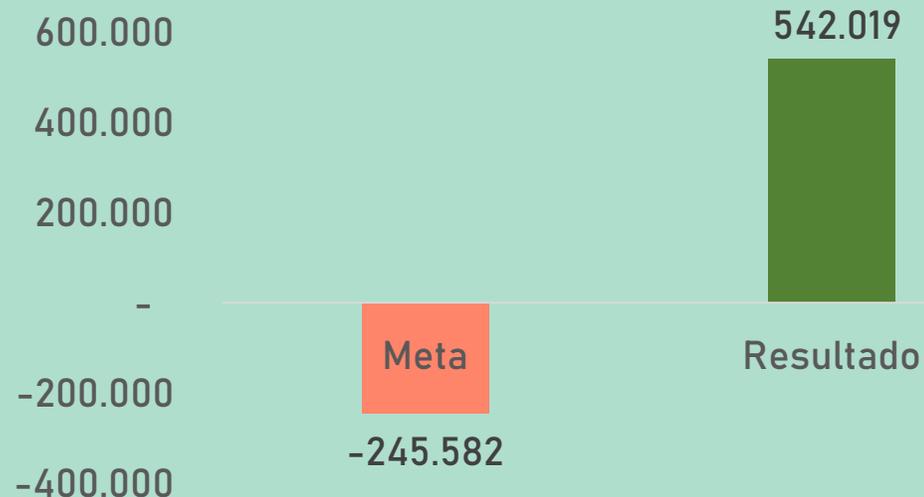
O resultado primário é um importante indicador que mede o esforço fiscal do Estado para conter o crescimento da dívida pública. O Orçamento, em 2020, foi aprovado com um resultado primário negativo de R\$ 691,800 milhões e no período o resultado alcançado foi positivo de R\$ 99,703 milhões.

Comparando com o resultado de 2019, observa-se uma redução do resultado primário na ordem de 81,61% ocasionado basicamente pelo pagamento de restos a pagar no período.

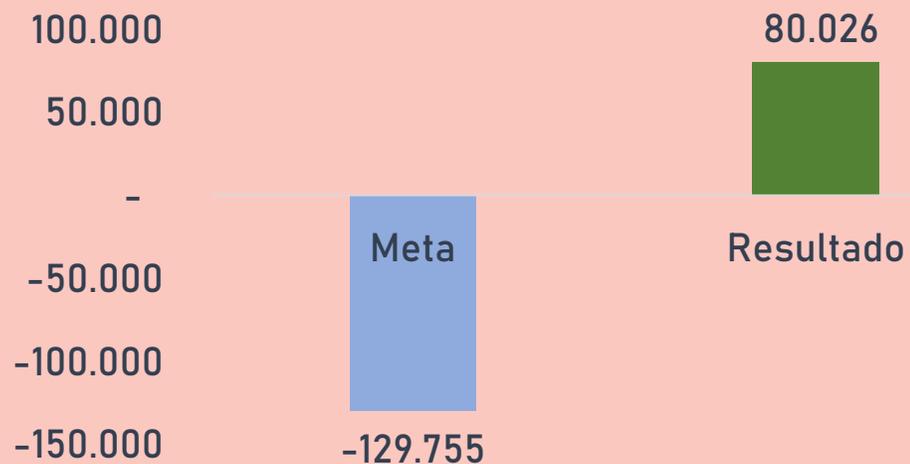
### 2020



### 2019



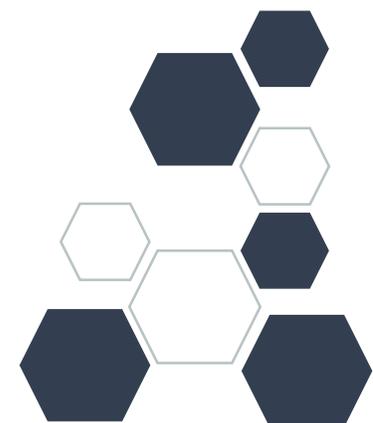
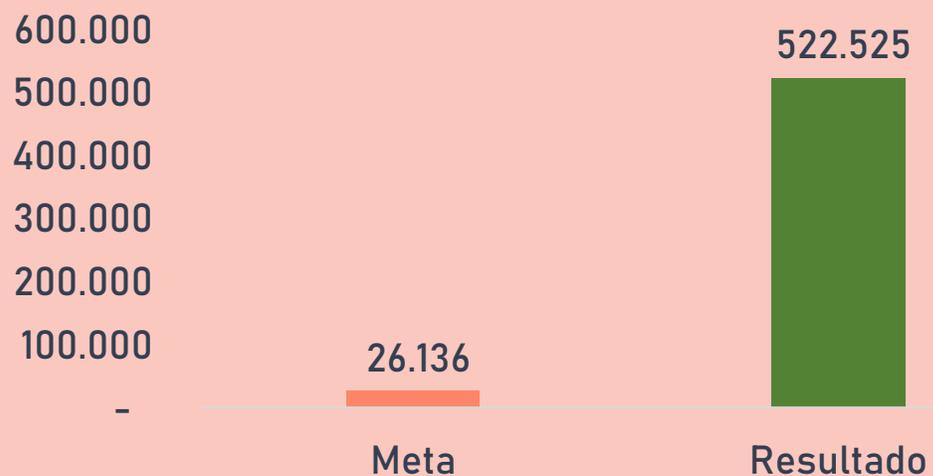
2020



## RESULTADO NOMINAL

O resultado nominal é medido, pela metodologia abaixo da linha, por meio da variação da dívida consolidada líquida ajustada. No período o resultado nominal foi de R\$ 80,026 milhões.

2019



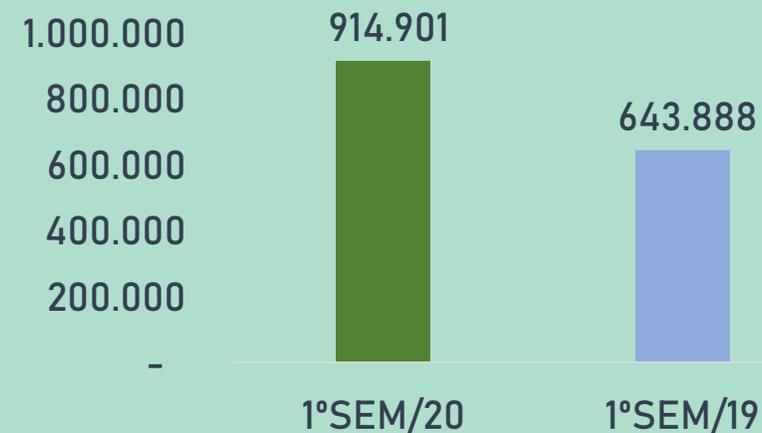
## RESTOS A PAGAR

Os restos a pagar compõem um importante passivo financeiro do Estado. São valores que passaram pela execução orçamentária em exercícios anteriores e que ainda estão pendentes de pagamentos. Distinguem-se em restos a pagar processados e não processados. Os restos a pagar processados já foram liquidados e os não processados ainda estão pendentes do estágio da liquidação no momento da inscrição.

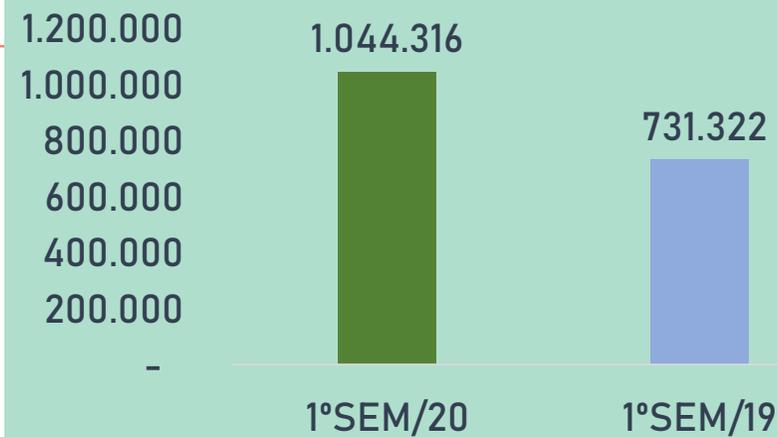
O aumento de 44,10% no saldo de restos a pagar processados e de 42,80% no de não processados tem como uma de suas justificativas o montante elevado inscrito em 2019 de valores referentes a exercícios anteriores que estavam fora da execução orçamentária.



### Saldo a Pagar de Restos Processados



### Saldo a Pagar de Restos Não processados

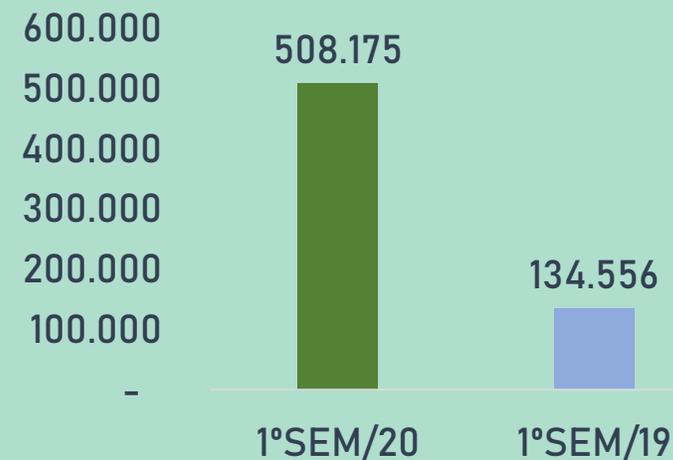


## RESTOS A PAGAR

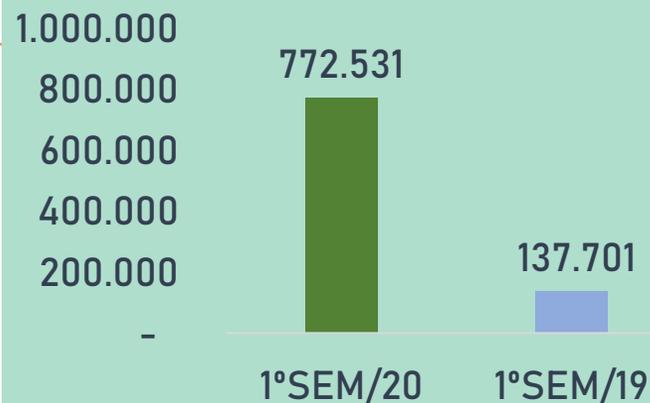
Observa-se no primeiro semestre de 2020 que houve um aumento significativo de restos a pagar pagos. Os processados teve um aumento de 277,67%, já os não processados 106,62%.

Outro item importante é o montante liquidado dos restos a pagar não processados, que teve um aumento de 428,34%, o que demonstra um melhor procedimento de inscrição de restos a pagar no exercício de 2019 quando comparado a anos anteriores.

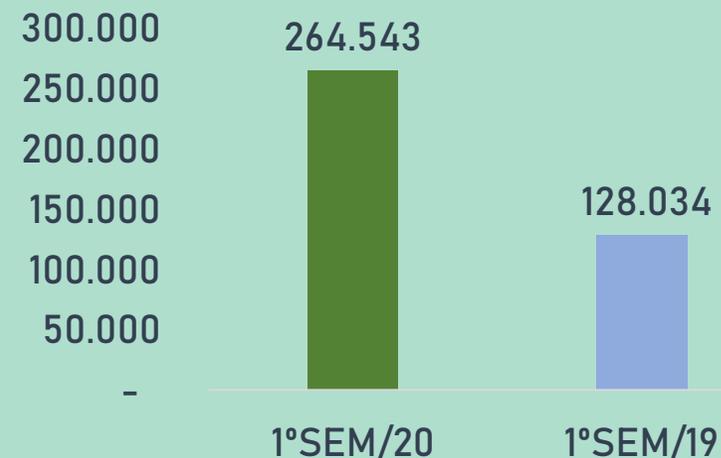
### Processados pagos



### Não processados liquidados



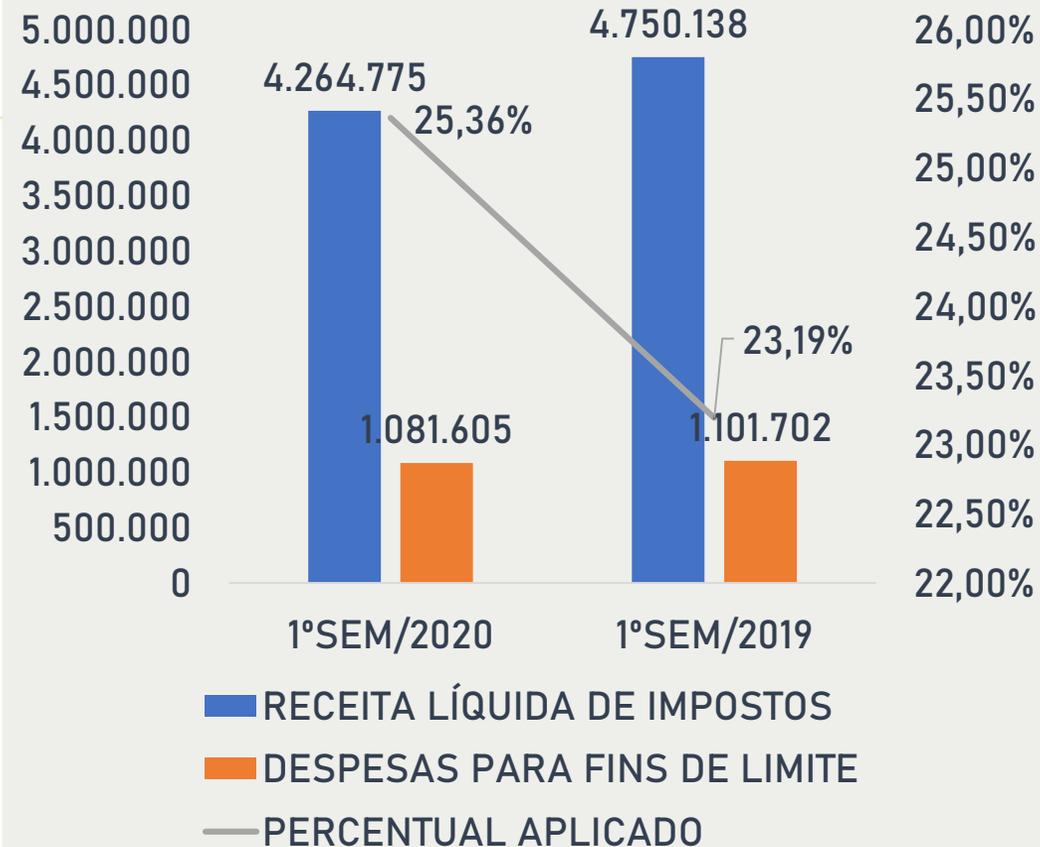
### Não processados pagos



## RECURSOS APLICADOS NA EDUCAÇÃO

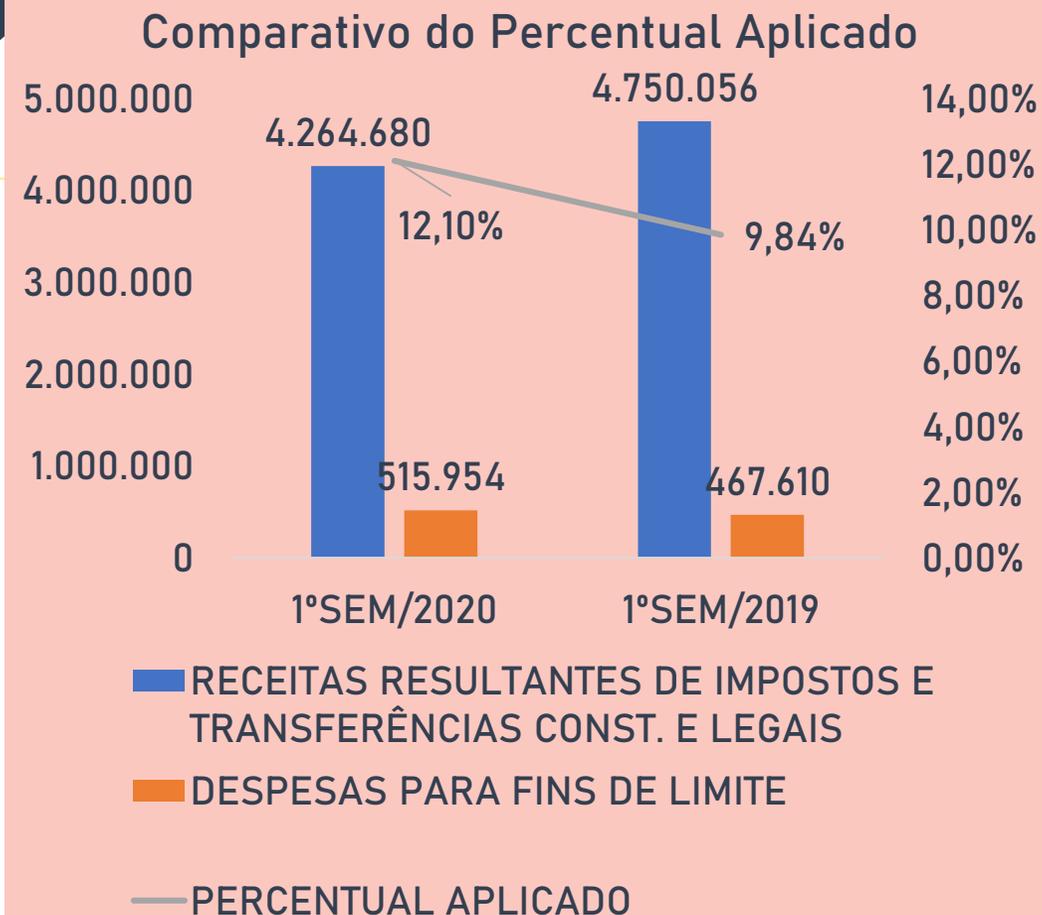
O governo tem a obrigação constitucional de aplicar o mínimo de 25% da sua receita resultante de impostos e transferências em ações de manutenção e desenvolvimento de ensino. Em 2020, foram aplicados 25,36%, enquanto que no mesmo período de 2019 foram aplicados 23,19%. Grande parte desse aumento é justificado pela redução da base da receita resultante de impostos.

### Comparativo do Percentual Aplicado



## RECURSOS APLICADOS NA SAÚDE

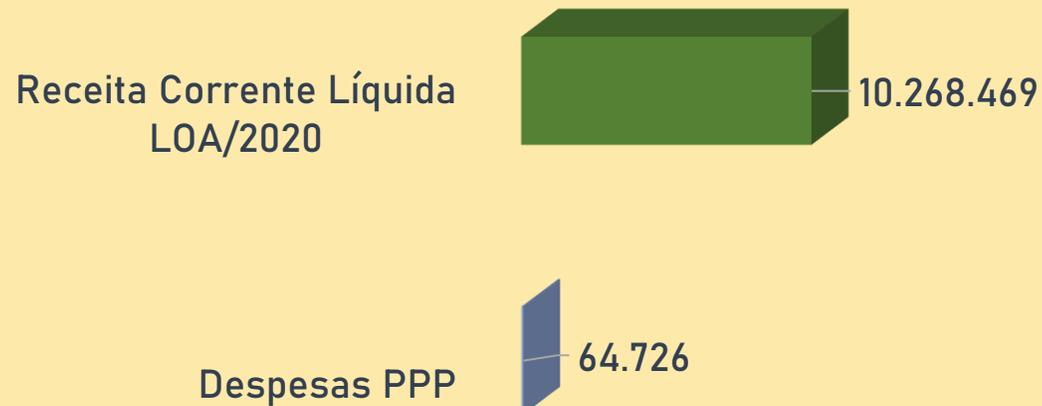
O governo tem a obrigação constitucional de aplicar o mínimo de 12% da sua receita resultante de impostos e transferências em ações de serviços públicos de saúde. Em 2020, foram aplicados 12,10%, enquanto que no mesmo período de 2019 foram aplicados 9,84%. O aumento de 22,97% é justificado tanto pela redução da receita resultante de impostos (10,22%) como pelo aumento do gasto em saúde com recursos próprios (10,34%) decorrente da pandemia do coronavírus.



## Parcerias Público-Privadas - PPPs

O governo tem vigente um contrato de Parcerias Público-Privadas, que é o Estádio Arena das Dunas. No primeiro semestre de 2020, o valor pago totalizou R\$ 64,726 milhões o que representou 0,63% da Receita Corrente Líquida prevista na Lei Orçamentária Anual de 2020.

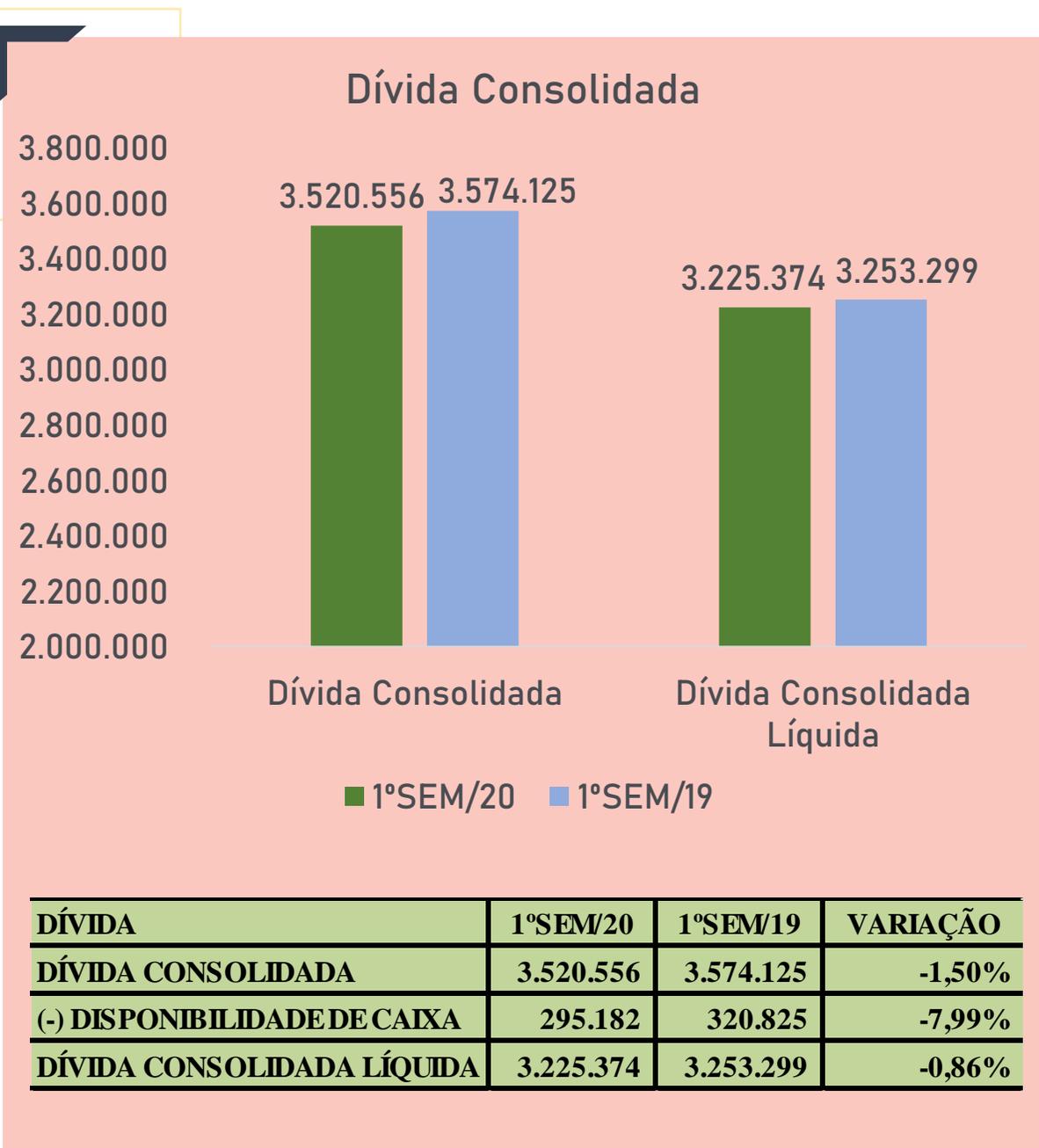
### DESPESA PPP X RCL



## DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A dívida consolidada bruta reduziu no período 1,5% chegando ao montante de R\$ 3,521 bilhões, e a dívida consolidada líquida – DCL reduziu 0,86%, perfazendo o montante de R\$ 3,225 bilhões.

A DCL representa a dívida consolidada bruta menos o saldo da disponibilidade líquida de caixa, apurados, para fins deste relatório, em 30/06. O Saldo da disponibilidade líquida de caixa em 30/06 foi de R\$ 295,182 milhões, o que representou uma redução de 7,99% em relação ao início do período.



# Considerações Finais



O RN em Foco é mais um meio para que os gestores públicos, órgãos de controle, academia e a sociedade em geral possam acompanhar os números do Estado.

Nesta edição, apresenta-se uma fotografia da situação fiscal do primeiro semestre com os dados extraídos do relatório resumido da execução orçamentária (RREO) do período de referência. Os relatórios na íntegra podem ser consultados no link a seguir: <http://control.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=5973&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=>

Apesar da forte retração da economia, que ocasionou uma perda de arrecadação na ordem de 3,75%, o esforço para conter o crescimento da despesa amenizou o impacto na já combalida situação financeira do Estado. A despesa liquidada no período foi menor na ordem de 2,76%.

Maior destaque no período foi a estabilidade da despesa com pessoal. Considerando que ambos os períodos constam com 6 meses de salários pagos, os valores liquidados em 2020 para pessoal e encargos foi 0,07% a mais que em 2019. O controle desse importante item da despesa pública é fundamental para que o estado consiga sair da grave crise financeira em que se encontra.